

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 11-12-2023.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença: Airto Ferronato, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/23 (Processo nº 1210/23) e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 721, 722, 723, 724, 725, 726 e 727/23 (Processos nºs 1261, 1262, 1263, 1264, 1265, 1266 e 1267/23, respectivamente), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 609/23 (Processo nº 1033/23), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 635/23 (Processo nº 1086/23), de autoria de José Freitas, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 659/23 (Processo nº 1133/23), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino e Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 675/23 (Processo nº 1163/23), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 703/23 (Processo nº 1227/23), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 717/23 (Processo nº 1250/23), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 720/23 (Processo nº 1260/23), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 729/23 (Processo nº 1272/23), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Resolução nº 097/23 (Processo nº 1203/23), de autoria de Adeli Sell; e o Projeto de Resolução nº 099/23 (Processo nº 1254/23), de autoria de Márcio Bins Ely. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nºs 3923, 4047 e 4056/23 encaminhando os Projetos de Lei do Executivo nºs 041, 043 e 044/23 (Processos nºs 1259, 1291 e 1295/23, respectivamente). Foi apregoada Justificativa de Falta concedida pela Mesa Diretora a Aldacir Oliboni, referente ao dia vinte e oito de novembro do corrente, em razão de acidente de trânsito sofrido pelo requerente nessa data (SEI nº 021.00306/2023-40). Foi apregoada Justificativa de Falta de Moisés Maluco do Bem nos dias trinta de novembro e primeiro de dezembro do corrente ano devido a sua participação em Reunião com o deputado federal Lucas Redecker em Brasília – DF, para tratar da destinação de recursos federais ao Rio Grande do Sul (SEI nº 036.00175/2023-96). Foi

apregoada Representação Externa de Alvoni Medina, conforme Processo SEI nº 020.00153/2023-31, por meio da qual é autorizada, no dia dezenove de dezembro do corrente ano, às quatorze horas, participação no Grande Expediente em homenagem aos 50 anos da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS, realizado na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre – RS. Foi aprovado Requerimento verbal de Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento do período de Grande Expediente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Biga Pereira, Claudio Janta, Márcio Bins Ely e Mari Pimentel. A seguir, em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Tiago Albrecht e Engº Comassetto, este em tempo cedido por Aldacir Oliboni. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte minutos às quinze horas e trinta e um minutos. Foi apregoadá a candidatura, em chapa única, para a Mesa Diretora para o ano de 2024: Mauro Pinheiro, Presidente; José Freitas e Psicóloga Tanise Sabino, respectivamente 1º e 2ª Vice-Presidentes; Gilson Padeiro, Mari Pimentel, Fernanda Barth e Engº Comassetto, respectivamente 1º, 2ª, 3ª e 4º Secretários. Foi eleita chapa única para a Mesa Diretora para o ano de 2024, por trinta e três votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Roberto Robaina registrou sua intenção em ter votado favoravelmente na eleição da Mesa Diretora. Às quinze horas e quarenta e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 488/21 (Processo nº 1110/21), por trinta e dois votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 373/23 (Processo nº 0662/23), por trinta e dois votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro

Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 229/23 (Processo nº 1253/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Foi aprovado Requerimento verbal formulado pela Psicóloga Tanise Sabino, solicitando votação imediata e em bloco para o Requerimento nº 132/23 (Processo nº 0672/23) e o Requerimento nº 209/23 (Processo nº 1165/23). Em Votação, foram aprovados, em bloco, os Requerimentos nºs 132 e 209/23 (Processos nºs 0672 e 1165/23). Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Comandante Nádia, Biga Pereira e Cláudia Araújo, solicitando alterações na ordem de apreciação de matérias constantes na Ordem do Dia. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Tiago Albrecht, solicitando inclusão de matérias na priorização da Ordem do Dia das Sessões a serem realizadas nos dias treze e dezoito de dezembro do corrente ano. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 666/23 (Processo nº 1145/23), por trinta e dois votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 042/23 (Processo nº 0088/23), após ser encaminhado à votação por Alvoni Medina, Idenir Cecchim, Engº Comassetto e Claudio Janta. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 042/23. Foi aprovada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 042/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do do Legislativo nº 042/23. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 210/22 (Processo nº 0389/22), após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 210/22. Foi aprovado o Projeto de Lei do do Legislativo nº 210/22. Foi aprovado Requerimento verbal de Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/23 (Processo nº 0472/23), após ser discutido por Comandante Nádia e Aldacir Oliboni. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e um minutos às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos. Foi apregoado Requerimento de autoria de Comandante Nádia, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 aposta Projeto de Lei do Legislativo nº 403/23 (Processo nº 0721/23). Foi apregoada a Subemenda nº 01, de autoria de José Freitas, à Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/23 (Processo nº 0472/23). Foi apregoado Requerimento de autoria de José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/23. Foram apregoadas as Emendas nºs

08 e 09, de autoria de Jonas Reis e Aldacir Oliboni, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/23. Foi apregoado Requerimento de autoria de Jonas Reis, solicitando votação em destaque para as Emendas nº 08 e 09, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/23. Foi apregoado Requerimento de autoria de Jonas Reis, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 08 e 09, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/23. Foi aprovada a Emenda 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/23, por vinte e dois votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foram declaradas prejudicadas as Emendas 02, 03, 05 e 06 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/23. Foi rejeitada a Emenda 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/23, por dez votos SIM e vinte e um votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi rejeitada a Emenda 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/23, por dez votos SIM e vinte e seis votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jessé Sangalli e Idenir Cecchim, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Complementar do Executivo nº 011/23 (Processo nº 0472/23). Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e dez minutos às dezessete horas e onze minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Roberto Robaina, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 06, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23 (Processo nº 1126/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 037/23, após ser discutido por Fernanda Barth, Engº Comassetto, Pedro Ruas, Cassiá Carpes, Biga Pereira, Adeli Sell, Comandante Nádia e Jonas Reis, e encaminhado à

votação por Idenir Cecchim, Aldacir Oliboni, Roberto Robaina e Aírto Ferronato. Foram apregoadas as Emendas nºs 01 e 02, de autoria de Jonas Reis, ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Jonas Reis, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01 e 02 ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Jonas Reis, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 02 ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foram apregoadas as Emendas nºs 03 e 04, de autoria de Giovani Culau e Coletivo, ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foram apregoados Requerimentos de autoria de Giovani Culau e Coletivo, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 03 e 04 ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Giovani Culau e Coletivo, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi apregoadada a Emenda nº 05, de autoria de Roberto Robaina, ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 05 ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foram apregoadas as Emendas nºs 06 e 07, de autoria de Pedro Ruas, ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Pedro Ruas, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 06 e 07 ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foram apregoadas as Emendas nºs 08 e 09, de autoria de Jonas Reis, ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Jonas Reis, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 08 e 09 ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi apregoadada a Emenda nº 10, de autoria de Giovani Culau e Coletivo, ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi aprovado Requerimento verbal, de autoria de Roberto Robaina, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 06 ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Giovani Culau e Coletivo, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 10 ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi aprovado Requerimento de autoria de lideranças partidárias, solicitando a formação de bloco para apreciação conjunta das Emendas nºs 03, 05, 07, 08, 09 e 10 ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foram aprovadas, em bloco, as Emendas nºs 03, 05, 07, 08, 09 e 10 ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 037/23. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 030/23 (Processo nº 0991/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 403/23 (Processo nº 0721/23), após ser discutido por Adeli Sell. Às dezoito horas e vinte e oito minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por João Bosco Vaz, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde, senhoras e senhores. O diretor legislativo procederá à leitura das proposições.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo justificativa de falta do Ver. Aldacir Oliboni, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, referente ao dia 28 de novembro de 2023, em razão de acidente de trânsito sofrido pelo requerente nesta data.

Apregoo justificativa de falta do Ver. Moisés Maluco do Bem, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação em reunião com o deputado federal Lucas Redecker, acerca de destinação de recursos federais ao Rio Grande do Sul, em Brasília – DF, no período de 30 de novembro a 1º de dezembro de 2023.

Apregoo representação externa do Ver. Alvoni Medina, que representará esta Casa no Grande Expediente em homenagem aos 50 anos da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS, Acessibilidade e Inclusão, na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre – RS, no dia 19 de dezembro de 2023, às 14h.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni solicitando o adiamento do período de Grande Expediente. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, e após, prossegue sua manifestação pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Hamilton, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos nos encaminhando, meu líder Jonas Reis, meus colegas Oliboni e Comassetto, para mais um final de ano. Não sem antes, seja necessário que, em nome da minha bancada, da bancada do Partido dos Trabalhadores, eu registre algumas questões que são essenciais para a cidade de Porto Alegre, essenciais. Eu faço um desafio para as senhoras e os senhores: aquela Rua da Praia do *Nilo Ruschel*, com as pedras coloridas, cantadas e encantadoras para o povo por anos e anos... Um jornalista disse certa vez: “Estamos em Porto Alegre?” O outro respondeu: “Não, é Paris.” E ele respondeu: “Não, é Porto Alegre.” Essa é a nossa *belle époque*, a época da beleza, do encantamento de Porto Alegre e está sendo enterrada. Hoje de manhã, na Rua da Praia, eu mesmo quase me estatelei, porque está tudo esburacado, colocaram uma massa e sapatearam por cima, passou um trator por cima. Disse-me o secretário que queriam fazer uma modificação, uma arrumação para as festividades do Natal. Mas que festividades de Natal na Rua da Praia? Não bastassem as pedras lindas, maravilhosas, que provavelmente o *Telmo Thompson Flores* levou para o seu túmulo, um dos piores prefeitos de Porto Alegre, destruidor do patrimônio público. Não bastasse essa barbaridade, a Rua da Praia está intransitável. Nós falamos que Porto Alegre é a capital das pessoas com mais de 60 anos.

Como nós queremos falar disso? Temos que ter vergonha na cara de ter uma cidade esburacada, de termos na Andrade Neves, que foi uma das ruas mais sofisticadas de Porto Alegre, do Clube dos Caçadores, o clube mais sofisticado, onde Getúlio Vargas frequentava, onde o general Flores da Cunha jogava o carteadado. Esta é uma rua hoje abandonada pela administração. Agora fizeram uma obra, Prof. Alex, na Otávio Rocha. Lá, o piso tátil está todo quebrado, cinco meses depois da primeira pedra colocada. As senhoras e os senhores acham justo, correto, chegarmos ao final do ano de 2023 com a cidade de Porto Alegre nesse estado de calamidade? Na Zona Sul, a Estrada Jorge Pereira Nunes, Ver. Oliboni, Ver. Comassetto – que conhece a região –, está intransitável. Eu fiz um dossiê e passei as fotos copiadas para o gabinete do prefeito. Não se consegue passar por essa via importante no bairro Vila Nova, na Zona Sul de Porto Alegre. E a Estrada Cristiano Kraemer, que V. Exa. conhece muito bem. Como está o estado da Cristiano Kraemer? Mas não é só lá. Vamos ao bairro Santa Maria Goretti, na Rua Morretes, uma pequena rua que está intransitável. Vou falar mais: dias atrás, o DMAE fazia uma obra em pleno Mercado do Bom Fim, deixa tudo destampado, faço uma foto, comunico-me com o DMAE, e o DMAE diz... Isso que eu tinha colocado: é num espaço público, no Mercado Público do Bom Fim. A pergunta do burocrata, ou provavelmente de um cargo de confiança, que não sabe o que é a vida de uma cidade, diz: “O senhor poderia passar, por favor, o número?” Que número? “Aquele código que tem, do DMAE.” Então, eles me perguntam isso, e eu respondo, Ver. Thiago: “É um próprio público, o Mercado Público do Bom Fim.” Vereadores e vereadoras, é muito triste chegarmos ao final de 2023 e vermos a cidade de Porto Alegre com o seu Centro Histórico completamente esburacado. Eu poderia falar de outros encantamentos; já falei de alguns, como da Rua da Praia, mas eu também vou falar da periferia. Já falei dessa rua intransitável na Zona Sul, mas eu pergunto o seguinte: como está a situação nas Ilhas depois de dois grandes infortúnios? Vamos esperar uma nova enchente? Qual é o papel do poder público municipal acerca do Cais Mauá? Dia 21, haverá uma nova licitação. Nós temos um muro, que é da década de 1970, mostrou-se cabal em duas oportunidades neste ano. Colocar um anteparo móvel no Guaíba, diante de uma das mais belas paisagens do Município, qual a garantia que isso nos dará? Um dos jornais da capital, hoje, entrevistando um engenheiro da área hídrica, diz que não há nenhuma segurança. Como é que fica, o que o poder público local tem a dizer já que se trata de uma licitação do governo do Estado? Mas eu quero chamar atenção, eu quero provocar que a gente faça um passeio, se for possível, no Parque da Harmonia. Não bastasse o arboricídio praticado no Parque da Harmonia, agora com as tais das modificações, o que acontece? Acontecem novas afrontas ao patrimônio ambiental. Além do caso do Cais Mauá, quer-se construir um arranha-céu em plena Rua Duque de Caxias. Desde quando a caixa dessa rua vai aturar, comportar a população de uma edificação de mais de 100 metros de altura? Quando? Digam-me como será feito esse milagre? Não bastasse isso, seus gestores desconhecem a cidade, o direito à paisagem. Existe em nossa legislação um instrumento que se chama direito à paisagem. Eu, inclusive, desafio a quem quiser discutir Plano Diretor, quiser discutir edificações em Porto Alegre, que leia: Cidade Para Pessoas, de Jan Gehl; e Morte e Vida de Grandes

Cidades, de Jane Jacobs, escrito em 1961, um ícone do nosso moderno e avançado urbanismo no mundo. Mas não, Porto Alegre, como disse Sérgio Jockymann, comparando e mostrando a um amigo que ele não estava em Paris, mas estava em Porto Alegre, era *la belle époque* dos anos 1940, as pedras bonitas da Rua da Praia, cantadas em verso e prosa pelo Nilo Ruschel, que faz parte da capa do livro Rua da Praia, 1ª edição, da década de 1970, que foi demolida por um cidadão chamado Telmo Thompson Flores, o destruidor da cidade. Isso é história, isso é memória, e eu rememoro todas essas questões, porque neste 11 de dezembro de 2023, nós não nos calamus diante da calamidade de Porto Alegre e seus infortúnios. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e também através das mídias sociais; ontem foi um dia histórico na Argentina com a posse do presidente Milei. Javier Milei tem agora uma difícil missão, recebeu, como nunca outro recebeu na Argentina, um governo quebrado, falido, entregue às castas do funcionalismo público, e, portanto, precisará fazer diversos ajustes para que a Argentina possa sair do atoleiro de 40% de sua população na linha da miséria. Nós, do partido NOVO e este vereador, em especial, parabenizamos Javier Milei, desejamos que ele consiga, apesar dos cortes e da mão firme e econômica que precisará ter, fazer um bom governo. Aqui no Brasil, eu subo para comunicar aos vereadores, à sociedade de Porto Alegre, que tivemos um evento muito importante no sábado. (Procede à apresentação de imagem.) Recebemos Deltan Dallagnol, bem como o deputado estadual Felipe Camozzato, além do nosso presidente nacional, Eduardo Ribeiro. Foi um encontro muito importante, lotando o salão do Palácio do Comércio. Vocês podem ver aí, por exemplo, Deltan, deputado Marcel, Felipe Camozzato, nós ali atrás, celebrando a verdade, celebrando aqueles que querem um estado de direito, com a lei valendo para todos, e a lei acima de todos. Nesse exato momento em que foi batida a foto, Deltan nos propunha sermos luz, parafraseando aquele verso bíblico sobre sal da terra e luz para o mundo. Os partidos de bem, as pessoas de bem precisam ser luz em meio à escuridão de um governo que indica o seu advogado pessoal para a Suprema Corte, de um governo que agora quer indicar um comunista inveterado e dissimulado. Por isso, eu preciso dizer desta tribuna: Dino não! Nós não podemos baixar o nível da Suprema Corte, que dia após dia se esforça para ser um puxadinho da esquerda, do PSOL e do PT. Em nome da independência, da harmonia dos poderes da República, nós precisamos dizer: Dino, não. E aí vem o papel da sociedade civil organizada, dos pagadores de impostos, dos empreendedores, dos

funcionários públicos, da classe política de bem neste País, em sermos luz contra a escuridão do totalitarismo, contra a escuridão daqueles que querem fazer conchavos, daqueles como o Alexandre de Moraes, que prendem injustamente, cometem mais de 30 atrocidades contra a lei, o Código do Processo Penal, e que resultam na morte de uma pessoa presa de uma maneira absolutamente injusta. Quem depredou o patrimônio no dia 8 que seja preso e condenado, mas que o Estado brasileiro siga o devido processo legal e as leis do nosso País. Por isso, *impeachment* de Alexandre de Moraes; Dino, não; e obrigado, Deltan Dallagnol, por ter vindo ao partido NOVO, partido de direita liberal e conservadora que realmente prega a verdade e que quer que todos efetivamente tenham o direito à busca da liberdade, à busca da felicidade e que a lei seja igual para todos. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Giovane Byl está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Pablo Melo está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezado Presidente Sossmeier, meus colegas vereadores e vereadoras aqui presentes, os que estão nos acompanhando virtualmente, prezados senhores e senhoras visitantes da Câmara hoje. Há poucos minutos, a convite do Presidente e da Mesa Diretora, descerramos uma placa pelos 250 anos desta instituição. E, cada vereador, assim como os funcionários desta Casa, Ver. Sossmeier, deixaram uma mensagem para ser aberta daqui a 50 anos. Daqui a 50 anos, certamente eu não estarei aqui fisicamente, mas ao pensar em Porto Alegre, Ver. Adeli, eu já te ouço nesta tribuna no mínimo há duas décadas, pois, no ano que vem, completarei 20 anos como vereador, debatendo e reclamando das calçadas do Centro de Porto Alegre, abandonadas. Será que daqui a 50 anos elas estarão iguais? Eu queria fazer uma reflexão aqui: nós lutamos, nesses 20 anos, aqui na bancada de oposição, e não conseguimos fazer avançar uma linha, que é o tema da regularização fundiária, e evitar os loteamentos irregulares na cidade de Porto Alegre, principalmente aqueles que avançam em cima do território ambiental e do território produtivo. E temos hoje em Porto Alegre 720 comunidades irregulares. São 720, não é uma, nem duas. Será que, daqui a 50 anos, ainda teremos essas 720 comunidades irregulares? Muitos dos senhores e das senhoras que estão aqui hoje, bem como suas famílias, principalmente as mulheres, não conseguem trabalhar, porque hoje tem uma deficiência de 11 mil vagas em Porto Alegre para a educação infantil de zero a seis anos. E o Pingo Vilar está ali; muito debatemos sobre isso lá na Restinga e na região. Tem uma carência de 11 mil vagas na educação infantil em Porto Alegre. Será que isso vai continuar ou vai mudar? Em Porto Alegre, nos últimos 15 anos, principalmente, aumentou vertiginosamente o número de moradores de rua; hoje, tem 1,5 mil pessoas morando nas ruas. Há 25 anos, os moradores de rua e as crianças nas

sinaleiras tinham sido extintos. Será que esses 1,5 mil moradores de rua, daqui a 50 anos, aumentarão? Eu também coloquei lá na carta que fui um lutador indefensável da democracia quando deram o golpe na ex-Presidente Dilma, e quando orquestraram a farsa da prisão do Presidente Lula, uma farsa que foi derrotada em todos os tribunais e apontada como tal e que foi dado um golpe. Só por isso, nós tivemos quatro anos de obscurantismo. Para você que vai ali dizer, quando tinha o Presidente Lula, tinha projeto para a pequena agricultura, tinha o produto alimento, compra e venda para entregar diretamente. Pergunto se, nos últimos quatro anos, isso aconteceu. É isso que nós precisamos debater.

Agora está sendo restituído o Programa Mais Alimentos para a produção e a venda direta do produtor ao consumo. E não é pouco dinheiro. Está lá o Edegar Pretto comandando a Conab, e tem milhões para serem investidos nessa política. Será que, daqui a 50 anos, ainda teremos a produção dos pequenos agricultores em Porto Alegre e na Grande Porto Alegre? Eu tive o prazer de ser o fundador e organizador das feiras ecológicas, que era uma só, na José Bonifácio, na administração do prefeito Olívio Dutra, representando o poder público municipal. Era um debate prolongado com a Coolméia e com as outras entidades. Será que, daqui a 50 anos, teremos produção orgânica aumentada, respeitando a nossa biodiversidade, ou o fogo vai continuar aumentando nas nossas florestas, além da destruição das nossas águas? Sr. Presidente, quero dizer que o Melo vendeu a Carris, empresa que foi fundada por Dom Pedro II. Agora, quer vender o DMAE, a melhor empresa de água e esgoto na cidade de Porto Alegre. Quer vender o DMAE. Será que, daqui a 50 anos, teremos uma empresa pública forte de água e esgoto? Concluo minha fala aqui. Fui e serei sempre um defensor do diálogo e da democracia. Continuarei sendo assim, defendendo a diversidade e a pluralidade. Muito obrigado, Sr. Presidente, e um grande abraço.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier, quero dirigir-me a cada colega vereador, a cada colega vereadora para falar sobre a nova pesquisa feita pelo IBGE que constata e divulga que mais de 2,5 milhões de mulheres, no ano passado, precisaram dedicar sua vida exclusivamente ao trabalho de cuidado. Isso acontece porque, no modelo de sociedade em que nós vivemos, a responsabilidade do cuidado com a casa, com os familiares, sempre ficou para as mulheres. Nós não nascemos cuidadoras, mas a sociedade atribuiu a nós esse papel, e nós viemos fazendo. No Brasil, diferente de outros países, o cuidado com as pessoas é familista, exclusivamente familista, e dentro da família, com as mulheres. A verdade é que, para mim, essa pauta não é novidade. Desde o início do meu mandato, trato o tema do cuidado com seriedade. Afinal, estamos falando sobre vidas paralisadas para dedicação a um trabalho que poderia ser dividido com a sociedade, com as empresas e com o Estado. No dia 6 de fevereiro, ou seja, cinco dias após eu assumir a vereança nesta Casa, protocolei a Frente Parlamentar da Economia dos Cuidados e tenho trabalhado

arduamente para, mais do que debater este tema, encontrar soluções para os problemas que nos impõem. O trabalho invisível e não remunerado de cuidados envolve uma série de atividades. Cada um de nós que está aqui neste momento, ou cada um que nos assiste pela TVCâmara, pense: chegamos até aqui porque certamente uma mulher cuidou de nós.

Muitos de nós ainda cuidados pelas mulheres, seja na limpeza da casa, nas compras dos alimentos, atendendo às necessidades das crianças, dos idosos, entre dezenas de outras coisas. O trabalho de prestação de cuidados é um motor oculto que mantém em movimento a roda da economia e as empresas da sociedade. Imaginem se as mulheres não realizassem esse trabalho: como a família iria para a escola? Como os homens iriam para o trabalho? Quem cuidaria das roupas, do alimento, da casa, das compras, da agenda das crianças e da agenda da saúde? Esse é um problema que ataca diretamente as mulheres. A mesma pesquisa, inclusive a Universidade de Oxford diz isso, comprova que os homens ocupam a tarefa de cuidar em 4% do total em comparação com as mulheres. O governo federal também tem trabalhado para solucionar esse problema, criando a Secretaria Nacional de Cuidados e Família num grupo interministerial. Em Porto Alegre, precisamos trabalhar muito para avançar nesse tema, afinal, quando deixamos mais de 12 mil crianças, Ver. Comassetto, fora da creche, estamos falando sobre o desenvolvimento dessas crianças, mas também sobre as mães que não podem trabalhar ou estudar para se dedicar ao cuidado. Por último, não é novidade que várias mulheres acabam optando pelo chamado empresariamento, empreendedorismo e pela flexibilidade que esse trabalho tem, mas, por óbvio, com muitas dificuldades, afinal essas mulheres não possuem direitos trabalhistas, seja 13º salário, férias, plano de saúde, por vezes. Portanto, estamos aqui, neste momento, lançando a Rede de Empresariamento Popular de Mulheres em Porto Alegre, para que possamos juntas debater por mais direitos à dignidade para as autônomas da cidade. Eu convido cada vereadora e cada vereador a se somar conosco nessa luta e garantir que o Estado também se responsabilize por um trabalho que as mulheres historicamente carregaram. Muito obrigada, Presidente. Convido todos para o lançamento desse manifesto no dia 12, lá na Justa Trama, no Sarandi. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste nas galerias através da TVCâmara, nossa rádio e nossas plataformas digitais. Venho falar hoje sobre algo que está acontecendo no dia a dia da nossa vida. Se as senhoras e os senhores que estão nos ouvindo entrarem no Google, no site do Impostômetro, verão, no tempo em que eu falo aqui nesta tribuna, a arrecadação de impostos no Brasil. No período em que eu falo aqui em liderança do meu partido Solidariedade, vai dar em torno de 20 milhões de impostos arrecadados. No período eleitoral, os governantes falam que irão governar, que irão fazer, que irão dar retorno para a população de coisas básicas que estão na cartilha, como saúde, educação, segurança, políticas públicas, desenvolvimento econômico, social e infraestrutura. Aí, depois, vê-se

a possibilidade de dar isso achatando a população, cobrando impostos. Eu falo isso, porque a saída apresentada ontem, na posse do presidente da Argentina, é o aumento abusivo de impostos. A saída dada ontem lá na Argentina é a retirada de direito das pessoas, a saída dada lá na Argentina é o que a gente briga aqui e fala que não pode ter, mas lá pode, o nepotismo. A irmã do presidente é sua chefe de gabinete, sua ministra principal, coisas que a gente diz que não pode, mas, depois que se elege, pode, principalmente aumentar imposto, principalmente achatando quem mais precisa, quem menos ganha, que são os trabalhadores. É um absurdo, isso acontece no Brasil, é um absurdo que o quilo do arroz, do feijão, do açúcar, do sal e do óleo de cozinha custem o mesmo preço para uma pessoa que trabalhou 60 anos da sua vida, se aposentou, e para uma pessoa que trabalha, que sai de casa de manhã cedo para levar o sustento para a sua família. Pessoas que, muitas vezes, vivem com um salário mínimo e pagam o mesmo preço desses produtos – azeite, arroz, feijão, leite, açúcar, óleo –, que um especulador financeiro ou um empresário que ganha milhões. Com a exceção que esse trabalhador, se ganhar acima de R\$ 1,9 mil já paga 7,5%, de imposto de renda, além de pagar o mesmo preço dos produtos da cesta básica, de alimentação, o mesmo preço da luz, o mesmo preço da água, ele ainda paga 7,5% de imposto de renda. E, se ganha um pouco mais, se chega a ganhar mais de R\$ 4 mil, paga 27,5% de imposto de renda. Isso nenhum governante muda, nenhum dos que passaram aqui no Brasil mudou. Agora estão dando uma esperança de sobretaxar as grandes fortunas, mas não falam em alterar a tabela do imposto de renda, não falam. Não falam em fazer um sistema tributário em que a pequena empresa, que é a que mais gera emprego, pague diferente da grande empresa, não falam, só querem achatando. Isso nós vimos agora com a eleição na Argentina, onde a grande saída do presidente argentino, como os nossos presidentes aqui, com todos foi assim, a grande saída deles é tributar o povo, a grande saída deles é achatando o povo, a grande saída deles é dividir o bolo de custos, de gastos com o povo argentino, como é feito aqui no Brasil. Nós exigimos e precisamos urgentemente de uma política fiscal e econômica voltada para quem produz, voltada para os pequenos empreendedores e, principalmente, voltada para a população que vive e sustenta sua família com seu próprio salário e é sobretaxada com o imposto de renda e é sobretaxada na hora de comprar os produtos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registro a presença dos secretários Cassio Trogildo, da Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política de Porto Alegre; Henry Ventura, da Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa de Porto Alegre; e Rodrigo Sartori Fantinel, da Secretaria Municipal da Fazenda. Sejam bem-vindos.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; venho a esta tribuna, em tempo de liderança. Quero falar aqui

a respeito de uma situação que está acontecendo ali no Centro, que tem relação, Ver. Cecchim, com a EPTC, mas eu acredito que não seja de responsabilidade da EPTC, e sim da empresa terceirizada que está contratada para operar a Área Azul. O que acontece? Inclusive, eu fui fazer um teste: muitos dos parquímetros da Área Azul, quando a pessoa vai especialmente pagar com cartão de crédito, dá que o sinal da internet não está pegando. Ontem, um cidadão me reclamou que ele interpelou o agente da empresa que está ali para fazer as autuações, e que o agente disse: “Não, mas o senhor tem que fazer no aplicativo”. Mas não é todo mundo que tem aplicativo. Têm pessoas idosas que nem sabem mexer no telefone celular. Outra coisa: o parquímetro não aceita notas de dinheiro, somente aceita moedas. Então, às vezes, o pessoal está sem moeda, quer pagar com cartão, não consegue pagar com cartão, não funciona; está sem sinal a maquininha do parquímetro. Vai na outra, está sem sinal; vai embora e, quando volta, daqui a meia hora, está com o carro multado. “Não, o senhor tem que pagar R\$ 32,00 aqui.” “Como assim pagar R\$ 32,00, se o parquímetro não funciona?” Aí eu digo: “Então, vem cá, o rapaz que está atendendo, emite aí um...” “Não, nós não temos como emitir.” O rapaz que está trabalhando ali para autuar o carro que está estacionado sem pôr a moeda na Área Azul não consegue emitir o bilhete ali para a pessoa pagar os R\$ 8,00 e ficar 2 horas estacionado. Têm cidades do interior, Caxias, por exemplo, que não tem o parquímetro, é somente o ambulantezinho ali andando. Tu vais ali e pagas, e ele te emite uma guiazinha; tu estás coberto para deixar o carro na Área Azul. Então, nós precisamos ver, de maneira urgente, marcar lá com nosso secretário na EPTC, para saber como é que nós vamos fazer. Inclusive, estou fazendo um pedido de providência hoje: eu quero saber quantos parquímetros têm no Centro. E tem que haver um controle nos parquímetros para ver os que estão funcionando e os que estão estragados, que não funcionam. Como é que o cidadão vai estacionar o carro numa Área Azul... Inclusive, eu tenho um projeto de lei de minha autoria que torna obrigatório para a operadora da Área Azul fazer um seguro para o carro se está estacionado ali. Olha aqui, se nós formos fazer um cálculo, permita-me, público que nos assiste: R\$ 8,00 para 2 horas sai mais caro que estacionar num *shopping*, Ver. Tiago. No *shopping*, são R\$ 15,00 para 4 horas, e, se não consegue pagar, ainda é multado. Se não pagar aqueles R\$ 32,00 num aplicativo, porque aí é só no aplicativo, o parquímetro não funcionou, não conseguiu pagar no parquímetro, está sem sinal, não entrou o cartão, não aceita moeda, está fora do ar, não consegue pagar, vai pagar R\$ 190,00 de multa, Ver.^a Lourdes, R\$ 190,00 a multa. Isso é uma barbaridade o que está acontecendo em Porto Alegre. E tem mais de um parquímetro estragado no Centro, são dezenas de parquímetros, e várias pessoas estão reclamando disso aí. Então, vamos dar uma olhada, vamos colocar a EPTC em cima dessa empresa que está operando o serviço. Se ela não disponibilizar um parquímetro que funcione, não pode multar, não pode multar. Então, Presidente, eu queria fazer essa consideração, porque têm muitas pessoas, muitas pessoas, que não conseguiram botar a moeda ou não conseguiram pagar no cartão, receberam a multa e vão pagar aqueles R\$ 32,00 ali. E, se não conseguir pagar os R\$ 32,00, ainda vai pagar a multa de R\$ 190,00 ou R\$ 187,00, não importa, o que é uma barbaridade. Quer cobrar? Tem que funcionar. Não funcionou? Não pode cobrar multa.

Esse é o encaminhamento da liderança nesta nossa tarde para contribuir com o debate, Presidente. Pela atenção, muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui nas galerias e pela TVCâmara; prezados Ver. Idenir Cecchim e Ver. Mauro Pinheiro, gostaria que os senhores olhassem, neste momento... (Pausa.) Prezado Ver. Idenir Cecchim! (Pausa.) Eu sei, Presidente Hamilton Sossmeier e Ver. Pedro Ruas, que, às vezes, o não olhar significa, e significa mais do que olhar e falar, mas a realidade é que hoje nós vemos uma posição do líder do governo tentando romper um acordo político, um acordo que foi firmado pelos 36 vereadores que se elegeram em 2020 para o pleito 2021-2024. O líder do governo, não bastando saber do seu posicionamento pouco equilibrado e pouco cavalheiro diante de uma mulher que ganhava destaque, agora quer romper o acordo e tornar público que ele não é um homem de palavra, porque, se nós somos mulheres de palavra, um homem de palavra é o que nós não temos nesse governo. Nós não temos um homem com a postura e a grandeza necessárias para este Parlamento, e temos aqui 36 vereadores que foram eleitos, que firmaram o acordo, onde nós tínhamos aqui equilibrados os pesos políticos, as forças políticas. Mas me parece que o protagonismo feminino é algo, Ver.^a Mônica, difícil de o líder do governo entender. Trabalhar nas costas e agir de maneira imatura parece ser o *modus operandi* desse governo e dessa liderança. Por isso, colegas vereadores, entendendo a grandeza de cada um de vocês – dos 36 que firmaram o acordo – e sabendo que, independentemente da ideologia política, nós aqui acordamos que este Parlamento tem a sua grandeza, o debate deve ser no plenário e os acordos devem ser honrados. Como já diria a Ver.^a Mônica, cem por cento legalista, sempre mantendo acordo, sempre tendo palavra; aqui parece que nós não temos a grandeza da palavra na política. Eu fico triste, Ver.^a Biga, por ser nova na política e ver que a política, daqui a pouco, a nova política, me parece tão frágil e tão pequena de acordo com os interesses de uma pessoa e, principalmente, do ego de alguém que não deixa os outros crescerem e não deixa as mulheres tomarem o protagonismo necessário na política. Muito obrigada, colegas vereadores. Acredito que a postura de cada um aqui é o que honra o voto e é o que honra a nossa cidade com 1,5 milhão de habitantes. E eu estarei aqui sempre que a política for grande. Mas quando a política descer a níveis onde não existe palavra e não existe, no mínimo, o equilíbrio e o respeito, eu não estarei mais fazendo parte desse tipo de política. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Encerrado o período de Comunicações.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h20min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h31min) Estão reabertos os trabalhos. Quero informar que há um acordo entre os líderes: só serão indicados aqueles que os líderes indicaram. Então, não teremos nomes extras para concorrer.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a seguinte chapa encaminhada à Mesa pelas senhoras e senhores líderes partidários: para Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; para 1º Vice-Presidente, Ver. José Freitas; para 2ª Vice-Presidente, Ver.ª Psicóloga Tanise Sabino; para 1º Secretário, Ver. Gilson Padeiro; para 2ª secretária, Ver.ª Mari Pimentel; para 3ª secretária, Ver.ª Fernanda Barth; e para 4º secretário, Ver. Engº Comassetto.

Não há registro de outras chapas, Sr. Presidente.

Passo à orientação da votação. Como temos apenas a Chapa nº 1, nós vamos abrir o painel: “sim”, vota favoravelmente à Chapa 1; “não”, vota desfavoravelmente à chapa única.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito a abertura do painel para colhermos os votos da eleição da Mesa Diretora 2024. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 33 votos **SIM**.

Informo que a posse está marcada para o dia 3 de janeiro, às 16h, aqui no Plenário Otávio Rocha.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente Hamilton, eu queria somente deixar uma ressalva no aparte e dizer que eu sou a favor de todo e qualquer acordo, acho que acordos são feitos para serem cumpridos, então votei favoravelmente, mas eu quero deixar registrada a minha inconformidade de o NOVO estar indicado, e a Ver.ª Mari, que já fez parte da Mesa Diretora, não ter aceitado o nome do Ver. Tiago Albrecht. Obrigada.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Também gostaria de registrar, Presidente, me causou estranheza, porque acordo é acordo, se um homem ou uma mulher não têm o acordo, não têm ética de cumprir aquilo que foi acordado, para mim tem algum problema. Também, da mesma forma, fiquei impressionada com a Ver.ª Mari indicando o seu nome, a partir do momento que tínhamos um outro acordo – votei porque eu cumpro acordo. Obrigada.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Queria declarar meu voto apenas, porque não pude votar, voto favoravelmente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaração de voto favorável à Mesa. Obrigado pela intenção de voto.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, volto a reafirmar aqui o que eu falei no plenário, quero que fique registrado neste microfone. Foi feito um acordo no início do ano; os vereadores que são candidatos a deputado, geralmente pegam tudo nos dois primeiros anos. Eu participei, ouvi bem as conversas com o representante do NOVO na época; realmente o representante do NOVO, para pegar o seu quinhão nos dois primeiros anos, fez um acordo com a Ver.^a Mari: ela fazia parte da Mesa no primeiro ano, depois novamente no último ano. Então estamos cumprindo acordo, nós não vamos aceitar nesta Casa intervenção da Assembleia Legislativa.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Quero cumprimentar o futuro Presidente, Mauro Pinheiro, desejar uma boa gestão, assim como foi a nossa, nos despedindo da Mesa Diretora; por isso que eu votei favoravelmente.

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente Sossmeier, eu reafirmo o acordo e registro aqui que quem indica, num partido, é o líder do mesmo. Sempre foi assim; temos que respeitar isso, a liturgia do plenário.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a manifestação de voto. Eu me abstive da votação porque flagrantemente Mari Pimentel rompe um acordo que foi feito pelo então Ver. Felipe Camozzato. De uma maneira unilateral, como aliás a Mari vem fazendo bastante nesta Casa, ao arrepio do que indica o próprio partido NOVO. Quero dizer que inclusive recebi a solidariedade da Ver.^a Biga, que foi vítima também, na Procuradoria da Mulher, do rompimento de um acordo no qual a Ver.^a Biga estaria presente. É uma pena esse rompimento de acordos; é possível que eu vá tomar medidas partidárias contra mais esse abuso da minha líder. Obrigado, Presidente.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Sr. Presidente, só quero agradecer o voto de confiança de todos os vereadores, de todos os partidos e dizer que trabalharemos arduamente pela democracia nesta Casa. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabéns, Ver. Mauro Pinheiro, novo Presidente, bem como a todos os vereadores integrantes da Mesa Diretora.
(15h43min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Pedro Ruas (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLL nº 613/23 seja a primeira matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação da próxima sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1110/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 488/21, de autoria da Ver^a Camila Nunes, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre a Julio Cesar Nunes Ribeiro. (SEI 252.00006/2021-30)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Eng^o Comassetto: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Jonas Reis: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 12-06-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 488/21](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

Nós temos duas pendências, títulos que já foram entregues, mas precisamos votá-los.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0662/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 373/23, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Evilázio Francisco Borges Teixeira. (SEI 036.00108/2023-71)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Eng^o Comassetto: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 29-11-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 373/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** com 32 votos **SIM**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 229/23 – (Proc. nº 1253/23 – Ver. Giovanni Culau e Coletivo) – requer a realização de Sessão Solene no dia 18 de dezembro de 2023, às 19 horas, destinada a assinalar o transcurso dos 15 Anos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS. **(SEI 234.00184/2023-41)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 229/23](#), de autoria do Ver. Giovanni Culau e Coletivo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, gostaria de fazer um requerimento, para que, a pedido do Ver. Pablo, o PLL nº 617/23 seja o segundo a ser votado na quarta-feira.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação Requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB) (Requerimento): Presidente, eu gostaria de votar em bloco o Requerimento nº 209/23, que é a Frente Parlamentar em Defesa da Preservação e Qualificação Ambiental de Porto Alegre, e o Requerimento nº 132/23, de minha autoria, que é uma frente parlamentar para debater a regulamentação da Lei Federal nº 13.935/19.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino fez um requerimento para que sejam votados em bloco o Requerimento nº 209/23, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, e o Requerimento nº 132/23, de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a formação do bloco composto pelo Requerimento nº 209/23 e pelo Requerimento nº 132/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 209/23 – (Proc. nº 1165/23 – Ver. Aldacir Oliboni) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Preservação e Qualificação Ambiental de Porto Alegre. (SEI 021.00293/2023-17)

REQ. Nº 132/23 – (Proc. nº 0672/23 – Ver^a Psicóloga Tanise Sabino) – requer a constituição da Frente Parlamentar para Debater a Regulamentação da Lei Federal nº 13.935/2019. (SEI 215.00068/2023-41)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o bloco composto pelo Requerimento nº 209/23 e pelo Requerimento nº 132/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento): Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLE nº 037/23, passar à discussão e votação do PLL nº 403/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, no lugar do PLL nº 617/23, que foi retirado da priorização, votar o Requerimento nº 232/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno, eu gostaria de fazer dois requerimentos de plenário. O primeiro, que o PLL nº 369/23 seja incluído na ordem de priorização de votação da próxima sessão, quarta-feira.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): E o outro requerimento é solicitar que o PLL nº 555/23 e o PLL nº 556/23 sejam a primeira e a segunda matérias a serem apreciadas na ordem de priorização de votação da sessão de segunda-feira.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Presidente Sossmeier, solicito que PLL nº 666/23 seja a segunda matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação de hoje.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 403/23, passar à discussão e votação do PLCE nº 011/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1145/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 666/23, de autoria da Ver.^a Biga Pereira, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre a Ivana Machado Moraes Battaglin. (SEI 299.00167/2023-59)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE**. Relator-Geral Ver. Engº Comassetto: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 666/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

Nós temos aqui uma visita orientada, estão presentes no plenário da Câmara de Vereadores dez alunos da Associação Cristã de Moços Vila Restinga Olímpica, projeto de aprendizagem profissional, acompanhados pelos educadores Luana Borges da Silveira e Camila Rosângela da Silva Cunha. Essa atividade faz parte do projeto de educação política que o memorial desta Casa desenvolve junto às escolas da cidade de Porto Alegre. Uma salva de palmas para os nossos alunos que estão nos visitando juntamente com os seus educadores.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0088/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 042/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que obriga a substituição de sinais sonoros estridentes por sinais musicais ou visuais adequados a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos estabelecimentos de ensino localizados no Município de Porto Alegre.
(SEI 020.00028/2023-21)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02;
- da **CEFOP**. Relatora Verª Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02;
- da **CECE**. Relator Ver. Jonas Reis: pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02;

- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Alvoni Medina;
- com Emenda nº 02, do Ver. Claudio Janta;
- incluído na Ordem do Dia em 18-09-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 042/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde Presidente Hamilton; boa tarde nobres vereadores, vereadoras e público que nos assiste através das galerias, também a todos através da TVCâmara. Este presente projeto de lei tem como objetivo a substituição dos sinais sonoros das escolas de Porto Alegre, a fim de não gerar incômodos sensoriais aos alunos com transtorno do espectro autista. Estudos estimam que entre 56% a 80% das pessoas com autismo apresentam hipersensibilidade sensorial, ou seja, elas sentem demais os estímulos do ambiente, como o som, assim, o barulho pode ser muito alto para que elas lidem com esse estímulo sem ter uma crise. A hipersensibilidade aos estímulos do ambiente é inclusive um dos critérios levados em conta na hora de fechar o diagnóstico de autismo, como por exemplo: um latido de cachorro, uma buzina de caminhão pode ser suficiente para causar pânico em crianças autistas. É isso, meu Prof. Alex? É como se eles escutassem todos os sons do ambiente de uma só vez, de tão sensível que é o ouvido dessas crianças, adolescentes e adultos, sem focar a atenção em nenhum deles, provocando uma sobrecarga naquele sentido e algo que foge ao controle dessas pessoas. Logo, é de extrema importância que haja essa mudança simples, porém de grande eficácia, com a intenção de não gerar mais incômodo e sofrimento a esse grupo de crianças e jovens que necessitam frequentar os estabelecimentos de ensino da forma mais acolhedora, agradável e saudável possível. Por isso, solicito aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei. Que Deus abençoe a todos nós. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, este projeto é tão importante e apartidário que eu queria fazer um pedido aos colegas para que a gente vote por unanimidade, por aclamação.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/23.

VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, prezados colegas vereadores e vereadoras, venho aqui em nome da nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, em meu nome, em nome do Ver. Adeli Sell, do Ver. Aldacir Oliboni, do Ver. Jonas Reis e certamente em nome de toda bancada de oposição, Ver. Alvoni Medina. Quero dizer que nesta Câmara eu tive o prazer e a satisfação, Ver.^a Tanise Sabino, de participar não só nesse tema do autismo, mas por enfrentarmos o tema das doenças raras de uma maneira geral. Lá em 2007, nós protocolamos uma das primeiras frentes parlamentares e associação para as pessoas portadoras de ataxia dominante, que é uma doença muito comum na Zona Sul de Porto Alegre, que é originária dos açorianos. Mas, sobre o autismo, o Ver. Claudio Janta apresentou um projeto reconhecendo o autismo dentro das políticas públicas do Município de Porto Alegre, e, agora, o Ver. Alvoni Medina apresenta mais um projeto para complementar. Eu venho aqui, Ver. Alvoni, trazer-lhe uma sugestão, para que nós possamos, para o próximo ano, a partir da sua autoria, porque o senhor está propondo isso, fazer mais um projeto de lei. Eu explico o que é: eu tive uma vivência prática na minha vida, eu tenho uma filha que tem 17 anos, está agora no 2º ano do ensino médio, que é autista; e nós só descobrimos isso quando ela já tinha 14 anos, porque ela tem um autismo leve, mas ela tinha as crises de ansiedade, quando tinha muito barulho ela não conseguia suportar, inclusive nas provas com muita discussão e muito barulho ela não conseguia participar. Nós fizemos uma investigação profunda e identificamos que ela é autista. Ela estuda numa escola fantástica, que é o instituto luterano de Ivoti, que tem todo um preparo na escola para receber as crianças autistas. Ver.^a Mônica, as nossas escolas municipais, as privadas e as públicas, de uma maneira geral, ainda não estão preparadas para receber e fazer a análise, entender as crianças autistas – ainda não estão preparadas. Portanto eu creio que o próximo passo para as escolas públicas e as escolas privadas de Porto Alegre é prepararmos, construirmos uma lei conjuntamente com essas instituições para que possam não só identificar, porque se tu só identificas as crianças mas não tens uma metodologia científica, uma metodologia pedagógica, uma metodologia de inclusão social que já existe hoje, essas crianças vão ficando à margem do processo. Portanto esse é um tema importantíssimo. Diante disso, Ver.^a Comandante Nádia, creio que nós podemos construir coletivamente para o próximo ano – e já sugeri aqui ao Ver. Medina – uma política em que nós possamos tratar isso dentro da política municipal. Eu quero dizer aqui aos colegas vereadores – Ver. Cláudio Janta, eu estava aqui falando sobre o projeto – o quanto nós precisamos qualificar ainda a legislação e trazer o apoio incondicional da bancada do Partido dos Trabalhadores ao projeto do Ver. Alvoni, porque neste momento, e eu falava para a Comandante Nádia e as demais colegas vereadoras, vocês sabem o quanto é difícil principalmente para as mulheres e crianças se adaptarem no meio social quando têm estas dificuldades. A minha menina se encontrou também no desenvolvimento do canto, e, agora de tarde – inclusive não vou poder ir porque temos que votar aqui o conjunto dos projetos –, ela está se apresentando, com mais quarenta e poucas crianças lá na igreja de Dois Irmãos, uma solenidade de toda a região. Portanto, autismo não é doença, o autismo é uma deficiência genética, é uma característica genética que vai se reproduzir para

outras gerações, então têm que ser acolhidos e bem tratados. Ver. Alvoni, eu quero deixar a sugestão a todos os colegas vereadores para que possamos, no ano que vem, conjuntamente, tratar uma política, Prof. Alex Fraga e demais professores, para incluir isso na política municipal, uma qualidade técnica pedagógica de inclusão social e preparo do meio físico, porque tem que ter o preparo do meio físico, inclusive. Um grande abraço, e tem o nosso apoio, Ver. Alvoni Medina.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, nos emociona cada vez que esta Casa legisla e faz algo em prol dos autistas. Este projeto que o Ver. Medina apresenta na tarde de hoje é de extrema importância para as crianças autistas, que não terão mais as campainhas tocando na escola, terão música tocando na escola, e isso ajuda de uma forma incrível as crianças a se adaptarem, assim como o projeto que nós aprovamos aqui que autoriza levar os seus *pets* para as escolas, isso tudo é adaptação das crianças autistas. O relato que o Comassetto nos deu aqui, a realidade dos pais de crianças autistas, adolescentes autistas. Então, quanto mais esta Casa legislar a favor dos autistas, mais as famílias terão a sua autonomia, quanto mais recurso esta Casa destinar aos autistas, mais teremos, em Porto Alegre, Certas espalhado por toda a cidade e atendendo essas crianças. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 042/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 042/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 042/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0389/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 210/22, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que institui a Política de Atendimento e Acompanhamento Nutricional nos Bairros, no âmbito do Município de Porto Alegre. (SEI 161.00057/2022-52)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOP**. Relatora Ver^a Biga Pereira: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Tiago Albrecht;
- incluído na Ordem do Dia em 04-10-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 210/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a matéria, como autora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, vereadores, vereadoras, o PLL nº 210/22 institui a política de atendimento e acompanhamento nutricional nos bairros, que é extremamente importante. A gente fala tanto em alimentação, em cuidados com essa questão, e a busca por uma orientação nutricional adequada é crucial na prevenção de doenças e na promoção da saúde. Este projeto de lei propõe a criação dessa política beneficiando tanto os cidadãos quanto o poder público. A presença do nutricionista é essencial para garantir atendimento de saúde de qualidade à população. A descentralização dos serviços municipais mostra-se como a abordagem mais eficaz para garantir o acesso a estes serviços em todas as regiões da cidade. Diversas são as funções atribuídas aos nutricionistas, desde auxiliares de comunidades escolares e familiares na adoção de hábitos saudáveis até diagnosticar condições de subnutrição e obesidade. Considerando que a saúde é um direito de todos, este projeto visa a garantir, por meio de políticas públicas, a redução do risco de doenças e o acesso universal a serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. Por isso, com a aprovação do Executivo, eu peço o apoio dos colegas. E a emenda do Ver. Tiago é para adequar o projeto para que ele seja constitucional. Agradeço aos colegas, obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação Emenda nº 01 ao PLL nº 210/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLL nº 210/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Parabéns, Ver.^a Cláudia Araújo.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização, apreciando-se, pela ordem, o PLCE nº 011/23, o PLE nº 037/23 e o PLL nº 403/23.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, nós, da oposição, estamos dando acordo, porque estamos readequando algumas emendas do projeto das feiras, que foram aceitas pelo governo. Também tem uma adequação às emendas que ora nós modificamos, conversando aqui inclusive com o governo e com o secretário da cultura.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0472/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/23, que institui o Sistema Municipal Unificado de Fomento e Incentivo às Atividades Culturais. (SEI 118.00415/2023-51)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação Projeto e das Emendas nºs 01, 02, 04 e 07; e pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação das Emendas nºs 03, 05 e 06.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver.^a Comandante Nádia;
- com Emenda nº 02, dos Vers. Aldacir Oliboni e Giovani Culau e Coletivo e da Ver.^a Karen Santos;
- com Emendas nºs 04 e 07, dos Vers. Aldacir Oliboni e Giovani Culau e Coletivo;
- prejudicada a tramitação das Emendas nºs 03, 05 e 06, nos termos do art. 56, § 4º, I, do Regimento da CMPA;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 04-12-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLCE nº 011/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Boa tarde, Presidente Sossmeier, colegas vereadores, público que nos assiste presencial e também pela TVCâmara; dizer que este projeto que institui o Sistema Municipal Unificado de Fomento e Incentivo às Atividades Culturais é muito importante. Quando falamos em cultura, nós falamos em tradição, falamos em desenvolvimento também econômico, falamos em cultura das várias espécies, dos vários segmentos que nós vemos em Porto Alegre. Dizer para os senhores que eu acrescentei uma emenda, deixando bem claro que estará também contemplada nesse Sistema Municipal Unificado de Fomento e Incentivo às Atividades Culturais a questão do carnaval, a questão do tradicionalismo e também do *hip-hop*, três segmentos culturais que estavam abrangidos de uma forma macro, mas quis, esta vereadora, deixar bem esclarecido que o carnaval, o tradicionalismo gaúcho e o *hip-hop* também estarão sendo abrangidos nesse sistema único de Porto Alegre.

Portanto, solicito aos nobres colegas vereadores o “sim” a essa emenda que deixa um pouco mais claro quem poderá estar acessando esse Sistema de Fomento e Incentivo à Cultura. De pronto, coloco meu voto “sim” a este projeto de lei do Executivo que não apenas fala sobre cultura, mas trata a cultura também com um cuidado maior, colocando, a partir desse sistema, orçamento, verba para que a cultura possa acontecer em Porto Alegre. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE n° 011/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadores e vereadoras; todos cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão nesta tarde; muitos projetos para serem votados, e, neste caso, o governo manda um projeto para cá, e nós mantivemos uma audiência pública aqui na Casa com o secretário da cultura, que está sendo discutido para ser votado. Em tese, o projeto diz o seguinte: “Institui o Sistema Municipal Unificado de Fomento e Incentivo às Atividades Culturais”. E nós destacamos o seguinte: nós sabemos que qualquer LIC que poderá ser feita pela comunidade artística, que envolve toda a área da cultura, depende muito do Fumproarte. Nós gostaríamos que o Fumproarte, claro, fosse fortalecido, mas ele não pode se atrelar, por exemplo, a outros recursos que por sua vez não são destinados à cultura e precisam de uma LIC, então nós colocamos algumas emendas, além de contemplar todo segmento da comunidade artística, que tenha como prioridade das prioridades, dentro do Secretaria da Cultura, o Fumproarte. Por isso algumas emendas que nós apresentamos estão sendo corrigidas, como por exemplo uma da Ver.^a Nádia – na verdade, o governo deu parecer favorável à dela e à minha, mas a minha é mais completa –, e aí, na Emenda n° 03, nós fizemos uma subemenda. Por isso que é de extrema importância aqui o secretário dar uma reavaliada, como também o Cassio, que está acompanhando, porque essas emendas ora apresentadas não são do vereador, o vereador apenas assinou para apresentar, mas são da comunidade artística, para que todos os segmentos da comunidade artística possam ser contemplados. É nesse

sentido que eu gostaria que reavaliasse, do ponto de vista da necessidade, que ninguém ficasse fora de qualquer demanda apresentada, isso é projeto de lei ao Fumproarte. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h31min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h57min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, solicitando que a Emenda nº 01 ao PLL 403/23 seja votada em destaque.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. José Freitas, à Emenda nº 01 ao PLCE nº 011/23.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 011/23.

Apregoo as Emendas nºs 08 e 09, de autoria dos vereadores Jonas Reis e Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 011/23.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando que as Emendas nºs 08 e 09 ao PLCE nº 011/23 sejam votadas em destaque.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 08 e 09 ao PLCE nº 011/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Encerrada a discussão. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 011/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**. Fica prejudicada a Emenda nº 02.

A Emenda nº 03 foi rejeitada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, portanto está arquivada.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): A oposição nos ajudou a dizer que agora todas as emendas serão rejeitadas pelo governo. Não apoiaram o que era bom.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro, Ver. Idenir Cecchim.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudia Araújo, a Emenda nº 04 ao PLCE nº 011/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registramos que as Emendas nº 05 e 06 ao PLCE nº 011/23, tiveram a sua prejudicialidade por votação unânime e parecer contrário na CCJ, portanto estão arquivadas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jessé Sangalli, a Emenda nº 07 ao PLCE Nº 011/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 26 votos **NÃO**.

As Emendas nº 08 e nº 09 foram retiradas.

Em votação o PLCE nº 011/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Sr. Presidente, gostaria de registrar que eu votei contrário à Emenda nº 01, tendo compreendido que não votaria a Emenda nº 01 e que votaria a Emenda nº 09, que estava inserida e foi publicada no SEI, depois retiraram, então votei errado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, gostaria que suspendesse os trabalhos para fazer um acordo com a oposição para que votemos em bloco.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h10min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (17h11min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 06 ao PLE nº 037/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Registramos a presença da deputada Sofia Cavedon; seja bem-vinda.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1126/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 037/23, que regulamenta a realização das Feiras Ecológicas em logradouros públicos no Município de Porto Alegre. (SEI 118.00601/2023-91)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLE nº 037/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): É com muita alegria que a gente vem aqui, hoje, defender este projeto de regulamentação das feiras orgânicas, das feiras ecológicas, eu sou uma frequentadora assídua, vejo muitos representantes das feiras aqui hoje, um projeto que foi ampla e democraticamente debatido com a comunidade, criado a partir da comunidade, junto com o Executivo. Eu gostaria de ler para vocês que “nós ficamos muito felizes de ver que existe um consenso criado entre diversos parceiros e as partes envolvidas nas feiras”. Recebemos esse documento aqui do Sindicato Rural de Porto Alegre, com a assinatura da Associação dos Caminhos Rurais, da Emater, com a assinatura da Associação dos Pescadores e Piscicultores do Extremo-Sul, da Rama; enfim, é uma proposição criada a várias mãos, que trata de um tema muito importante, trazer a regulamentação para as feiras e as mesmas condições de concorrência para todos que quiserem estar presentes nas feiras, criando critérios absolutamente transparentes, acabando com a subjetividade, acabando com possíveis escolhas ideológicas, deixando as coisas muito direitinho, as mesmas regras para todos. Eu gostaria aqui de ler então: “Na oportunidade em que cumprimos Vossas Excelências, [os vereadores, as entidades abaixo nominadas, que eu acabei de citar], vêm por meio deste manifestar irrestrito apoio ao PLE nº 037/23, apresentado pela administração pública municipal, que regulamenta as feiras ecológicas realizadas em logradouros públicos no município de Porto Alegre.” Estamos vendo o presidente do Sindicato Rural, o Cléber, aqui presente; os representantes da Rama e da Associação dos Caminhos Rurais aqui, maravilhosos, que incentivam tanto o turismo da nossa área rural. Isso porque o texto final do projeto enviado à Câmara Municipal foi fruto de diversos encontros organizados pela Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - SMGOV, com os setores interessados da sociedade civil organizada, nos quais participam, em sua maioria, feirantes e produtores agroecológicos da capital da Região Metropolitana e das demais regiões do Estado. Nos encontros foi dada a oportunidade de todos os participantes tecerem comentários e sugestões ao texto, sendo que as alterações foram amplamente debatidas pelos presentes naquelas oportunidades e nas reuniões que a sucederam, de

maneira que, ao final, se chegava a um consenso se determinada alteração seria realizada ou não. Portanto, no nosso entendimento, o projeto de lei enviado ao Poder Legislativo representa o conjunto das ideias das classes interessadas na matéria, notadamente daquelas que se propuseram a debater e construir, em conjunto com a gestão pública, em virtude do amplo debate democrático, realizado pelo poder público municipal, motivo pelo qual compreendemos que a referida proposição é, sem dúvida, um avanço considerável no debate que permeia as feiras ecológicas de Porto Alegre. Nós concordamos cem por cento com esse documento e pedimos a todos os vereadores da Casa que votem pelos melhores interesses da organização das feiras na nossa cidade. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23, depois prossegue a sua manifestação, por cedência de tempo do Ver. Aírto Ferronato.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente Hamilton Sossmeier, prezados colegas vereadores e vereadoras, prezados produtores e produtoras ecológicas da cidade de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul; eu quero iniciar agradecendo ao meu colega Aírto Ferronato por me ceder o seu tempo, porque eu preciso de um pouquinho mais de tempo para cumprimentar cada um e cada uma que aqui está e fazer um resgate histórico do processo da agricultura ecológica. Em 1982, quando éramos estudantes de agronomia, eu, o Álvaro, que ali está, a Rosane, entre outros agrônomos que trabalharam a vida toda defendendo agricultura ecológica, nós iniciamos um movimento nacional pela agricultura alternativa que se chamava EBAA. O último foi em 1989, em Porto Alegre, ali no Julinho, que eu tive o prazer de coordenar, onde estiveram 4 mil pessoas do Brasil todo e da América Latina. Isso no mesmo ano em que se iniciou a organização da primeira feira ecológica de Porto Alegre, na Av. José Bonifácio. Quem foram os grandes precursores desse tema no Brasil e no mundo? Todos eles aqui do Rio Grande do Sul, a quem eu quero prestar uma homenagem: Sebastião Pinheiro, a Magda Renner, a Giselda Castro, a Hilda Zimmermann, o Jacques Saldanha, o Milton Guerra, o seu Carneiro, o José Lutzenberger, entre outros. E nós tínhamos três grandes movimentos para organizar as feiras no Brasil. Lá em São Paulo, a Associação Estadual de Orgânicos – AEO; aqui, no Rio Grande do Sul, aqui em Porto Alegre; e no Rio de Janeiro. Fizemos um encontro, naquele ano, também nacionalmente para tratar da comercialização direta da agricultura ecológica. Em 1988, com muito prazer e muita satisfação, Olívio Dutra ganhou as eleições em Porto Alegre. Eu estava lá em Dom Pedrito, trabalhando na grande agricultura, e ali eu lembro da Emater, que introduzimos na monocultura da soja, que só usava veneno, o primeiro ser vivo para controlar a lagarta da soja, que era o Baculovirus anticarsia, fui pioneiro no Rio Grande do Sul. Infelizmente, a indústria química sempre foi mais forte e continua mais forte, inclusive em Porto Alegre. Na administração do Olívio Dutra, a Coolmeia nos procurou – e eu cumprimento ali o Nelson, que foi presidente da Coolmeia, junto com a Glaci, entre outros – para colocar a feira na primeira

quadra da Av. José Bonifácio, uma vez por mês. Logo depois, passou a ser duas vezes por mês. Logo depois, associou-se com os produtores lá de Ipê, que a Maria José Guazzelli coordenava o Centro de Agricultura Ecológica de Ipê e da região, e começaram a vir os agricultores do interior. E nós aqui, em Porto Alegre, organizamos e fundamos a Cooperativa dos Produtores Ecológicos de Porto Alegre, a Arco-Íris, e o seu Djalma, que não está mais entre nós, foi o grande mobilizador da agricultura ecológica; e ali está o Eschiletti, que foi um dos sócios-fundadores, e eu tive o prazer de ser o primeiro coordenador daquela cooperativa lá em 1990, não me lembro bem, 1991, 1992. A Preta e a dona Ivani – outros já faleceram – continuam lá na feira. Buscamos a Associação Gaúcha dos Apicultores, e como não tinham muitos produtores, produtores que se identificavam como tal, fizemos um movimento, fomos na Escola Bom Pastor, em Nova Petrópolis, para a escola vir, porque tinha todo um trabalho de agricultura ecológica. Lá em Itati, o Odair e a sua família, que continuam na feira, Comandante Nádia, sendo que todas as suas filhas nasceram durante o período das feiras e as suas netas estão ali hoje trabalhando nessa feira. Mas vieram muitos outros do interior, se fez uma discussão imensa sobre o que é agricultor ecológico e o que não é. Na época, começamos a discutir e elaborar os parâmetros de produção agroindústria e comercialização dos produtos de origem da agricultura ecológica, e esse debate acontece até hoje. Eu tive o prazer, como engenheiro agrônomo, coordenando a divisão de fomento agropecuária, que o Bertaco está ali, que já fez isso também, de fazer o debate para a implantação das feiras ecológicas em Porto Alegre. Naquele momento, já se discutia se as feiras tinham autonomia ou não tinham autonomia, se eram autogestionárias ou se não eram autogestionárias. Eu quero dizer, hoje, Ver. Pedro Ruas, que a feira ecológica da Av. José Bonifácio já tem 34 anos, e ela sempre foi autônoma, sempre se auto-organizou e funciona muito bem, obrigado. Quero fazer esse registro aqui, porque, na época, a Emater, que trabalhava aqui em Porto Alegre, e que era a Rosane e a Cristina, eu lembro como se fosse hoje, está ali o Bertaco, em 1990, fizemos um debate lá no salão paroquial da igreja São José da Vila Nova para tentar introduzir a agricultura ecológica na produção de pêssego, que só usava veneno, e a Emater, na época, só receitava veneno; não receitava agricultura ecológica ou o processo de agroecologia. Isso foi se transformando, que bom que hoje tem todo um departamento que trabalha isso.

Mas quero dizer também, Presidente, que no dia 23 de dezembro de 2003, vai fazer 20 anos na semana que vem, o Presidente Lula sancionou a lei nacional que criou, que reconheceu a agricultura ecológica como um processo para todo o Brasil, que já era uma luta antiga, [a Lei nº 10.831](#), de 23 de dezembro de 2003, construída no primeiro governo Lula e sancionada pelo Presidente Lula. A partir daí que se começou a construir políticas públicas no Brasil para agricultura ecológica. Portanto, essa lei é clara e especifica tudo o que diz aqui. Eu estou falando desse processo histórico para dizer que foi criado todo um apoio à agricultura ecológica, e, principalmente a partir de 2002, no primeiro governo do Presidente Lula, para a pequena agricultura também, o chamado PAA, que, infelizmente, com o golpe que deram na Dilma e com a prisão do Presidente Lula destruíram todo o apoio e incentivo ao pequeno agricultor, acabaram com o PAA,

retiraram os recursos, redirecionaram a Embrapa, redirecionaram a pesquisa não para a pequena agricultura. Felizmente, no ano passado voltou o programa para o PAA, e, neste momento, em 2023, R\$ 650 milhões já foram destinados para o programa PAA; R\$ 35 milhões para o Rio Grande do Sul, e muitos já estão utilizando, se não estão, deverão se organizar para poder fazer a venda direta da produção de alimento. Aqui nesta Casa, quando eu e a Ver.^a Sofia éramos vereadores – hoje ela é nossa deputada –, aprovamos, junto com os demais colegas, o programa de abastecimento de agricultura orgânica para as escolas municipais, direto do agricultor. Ver.^a Nádia, a senhora não estava aqui, o Ver. Ferronato me cedeu o seu tempo. Dito isso, nós sabemos, quem é filho de agricultor, a dificuldade que tem; portanto um dos princípios das feiras ecológicas é que ela é primeiro para os produtores ecológicos e para as suas famílias. Nós temos que preservar isso, preservar a autonomia do seu funcionamento em cada uma das regiões. As feiras já foram quase 30 em Porto Alegre, hoje são 10 ou 12 feiras ecológicas em Porto Alegre. A agricultura ecológica está diretamente relacionada a uma visão de desenvolvimento da humanidade e desenvolvimento social. Ela é contra o terraplanismo! O terraplanismo não tem espaço na agricultura ecológica, porque quer destruir tudo, destruir os recursos naturais. Nós estamos, neste momento, com uma situação que é a crise climática, e nós sabemos o quanto já foi queimado de biodiversidade no Brasil, o quanto já foi destruído. Quero falar aqui para os agricultores de Porto Alegre e dizer o seguinte: eu tive o prazer de apresentar aqui o projeto que era o Programa Municipal de Agricultura Orgânica, Ver. Culau. Nós aprovamos esse projeto, e por força política desta Casa o prefeito Marchezan vetou onde dizia que a transição para usar veneno em Porto Alegre era de cinco anos. Já teria passado três, faltaria dois. A lei que foi aprovada em substituição, para mim, é uma falácia, porque diz que é 15 anos a transição. Em 15 anos refaz a lei e continua aplicando veneno em Porto Alegre! Nós assumimos de frente esse tema para dizer que cinco anos é suficiente para fazer uma transição orgânica, ou nós continuaremos comendo veneno em Porto Alegre. Esse é um pouco, Sr. Presidente, da história das feiras ecológicas de Porto Alegre. Eu fiz questão de vir aqui dizer isso, porque tem muita *fake news* rolando entre os agricultores, entre os feirantes de Porto Alegre, e nós precisamos debater isso com tranquilidade, frente a frente, analisando e falando sempre a verdade, Ver.^a Fernanda Barth. Então queria deixar aqui aos colegas vereadores e vereadoras que nós estamos dando um acordo coletivo aqui com as emendas para aprovar o projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, que preside a Casa e muito bem a Sessão, como sempre, vereadoras, vereadores e principalmente público que nos assiste, mas entre as vereadoras, entre os vereadores, diversos trabalharam para que se chegasse aqui a um ponto comum e provavelmente definitivo, mais que tudo, de economia de tempo, além disso, de legislação nova. Eu

quero, antes de falar nisso, salientar a presença da Coceargs, que está aqui, agradecer a presença da Agapan, dos integrantes da Comissão Estadual de Produção Orgânica/ MAPA, do Coletivo Preserva Redenção – um brilhante trabalho –, do Conselho de Feiras Ecológicas de Porto Alegre e tantas outras entidades, tantas pessoas que nos dão a honra, tantos produtores. E trabalharam muito bem, eu dizia antes, vereadores e vereadoras, e quero agradecer, Ver. Roberto Robaina, Ver. Engº Comassetto, o ex-vereador Cassio Trogildo, o Ver. Idenir Cecchim, do governo, enfim, foram pessoas que, entre outras, dedicaram-se muito a construir algo que fosse votado rapidamente e com muita eficácia, e é o que teremos a seguir. É que eu não queria deixar de fazer esse registro porque não é simples o trabalho parlamentar, e há pessoas que tiveram uma dedicação muito grande nesse sentido. E nós vamos ter, em alguns minutos, o resultado disso. Parabéns, muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; eu confesso que, há alguns dias, eu achava que nós iríamos ter um tumulto aqui, mas não vi; eles cederam. É porque o projeto, Cecchim, deve ser muito bom. Para eles não estarem reclamando é porque o projeto é muito bom. Nem o Felizar está aqui hoje, que está sempre... ele diz que mora no Centro, eu nunca o vejo no Centro, mas em tudo que é feira no Centro, ele está lá reclamando. Então, eu sou da época em que nós aqui, as pessoas mandavam; o saudoso Fonseca era o presidente das feiras. Saudoso, porque ele se foi e nos deixou. Mas pelo que diz aqui agora vai terminar a impessoalidade; conseqüentemente, nós precisamos de um regramento, como a Prefeitura está fazendo. E eu quero parabenizar muitos técnicos que estão aqui, eu vi o Pingo Vilar, vi outro, o Besson, o Cuca lá, o Cassio. É um trabalho difícil de contentar a todos; me parece que contentaram, e, se contentaram, o projeto é muito bom, porque, na realidade, visa estabelecer a prioridade de ingresso aos produtores, processados por pessoas jurídicas, associações e cooperativas, porque antes eram por pessoas. Fui a uma feira, uma moça se apresentou dizendo que ela era a presidente naquele momento, isso foi lá no início do ano. Então, naturalmente, a Prefeitura vai retomar e tem que retomar com as associações, as cooperativas e os comerciantes de Porto Alegre, por ser prática de fomento adotado em diferentes projetos. A forma de ingresso das feiras passará a ser obrigatória por editais de seleção, como já disseram aqui.

O próprio Comassetto estava *light* aqui, porque ele entende muito de “Minha Casa, Minha Vida”, agora ele já quer entender das feiras também, mas ele está *light* hoje, o Comassetto está aderindo a essa aprovação maciça das feiras ecológicas, que são bem-vindas e que a cidade adora – temos diversas pela cidade que são famosas, já consolidadas, organizadas por entidade. Eu quero parabenizar o governo, todo o QG do Cassio, que fez um trabalho maravilhoso de convencimento, que é muito difícil. Cada feira, vamos dizer assim, é uma cabeça e uma sentença, e nós vamos aprovar, acho que

vai ser por unanimidade. Então, eu entendo que, se tem o apoio da oposição, é porque esse projeto é muito bom; senão, eles fariam barulho, ainda mais em véspera de eleição. O Comassetto não tinha nem assunto para falar das feiras e falou do Lula, porque o Lula é aquele que esquentas as matérias toda hora, pode notar, é sempre a mesma matéria, ou requeitando, essa a palavra certa, as matérias de outros anos. Hoje, o Banco do Brasil, o BNDES, a Petrobras, todas essas entidades do governo estão pagando bilhões em dinheiro para empresa, tu vê na imprensa todos os dias. Quem de vocês não vê uma propaganda do Banco do Brasil, BNDES, Petrobras, tudo. O dinheiro está indo, o rombo que eles já estão deixando nas finanças públicas deste País já está começando a se acumular, lamentavelmente. Um abraço, Presidente.t

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Cláudia, caros vereadores e vereadoras, nossos feirantes e todos que estão aqui conosco nesta tarde debatendo um tema tão importante da vida da nossa cidade; quero dizer ao Ver. Cassiá, que achou que aqui ia encontrar um conflito, eu lhe respondo: Ver. Cassiá, não tem conflito e não terá, porque a oposição, vereador, trabalhou muito para garantir o espaço do contraditório. Todos e todas queríamos uma lei, e acho legal ver aqui Executivo e Legislativo sentados juntos; o secretário veio diretamente conversar aqui. Nós garantimos o debate. Há 34 anos, Porto Alegre tem uma feira que nos orgulha; ir lá comprar direto do produtor, ser recebido com sorriso. Eu lembro desde quando eu fui secretária de turismo deste Estado, o orgulho que nós tínhamos em divulgar os nossos caminhos rurais, indicar os nossos feirantes e a nossa feira para ser visitada como um destino turístico, inclusive. O debate sobre uma alimentação saudável, a segurança alimentar, que não tenha venenos, que respeite o nosso povo. E nós ouvimos muitos de vocês, e mais do que ouvir vocês, nós garantimos aqui nesta Casa uma audiência que pedimos que fosse presencial. Quando não tiveram a sensibilidade de realizá-la, nós garantimos computadores, celulares nossos, e colocamos à disposição. Mais de 100 pessoas estiveram presencialmente aqui e foram ouvidas. Construir essa lei que hoje será aprovada fez com que nós, da oposição, garantíssemos esse espaço de debate, garantíssemos que a opinião fosse levada em consideração. A lei que hoje nós vamos aprovar, com certeza, será bem-vinda, mas é preciso resgatar esse processo, a autonomia, a gestão dos feirantes, o conselho municipal que garante a todos serem ouvidos. Isso, para nós, é primordial, é primordial que se respeite essa autonomia. Aqui foi aceita, pelo governo, a questão da autogestão, autonomia e autogestão. Nós fiscalizaremos cada dia para saber se isso vai ser colocado em prática. Nós estaremos presentes a cada palavra escrita nessa lei. Aqui não é declaração de intenção, é construção de uma lei. Nós nos dedicamos a ajudar a construir essa lei, conversando com cada um e cada uma de vocês, nós colocamos a nossa assessoria

jurídica e ambiental, Mariana e Sissi se dedicaram para esse debate. E hoje nós vamos aprovar uma lei que, sim, pode garantir a dignidade aos nossos feirantes, a dignidade aos nossos consumidores, que saberão o que estão comprando, o que irão consumir. A liberdade, a autonomia e a autogestão têm que ser respeitadas. Muito obrigada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Ver.^a Cláudia Araújo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, tentarei ser breve. As pessoas viverão mais, virão mais a depender das condições de saúde, e a alimentação saudável é o primeiro passo. Comer produtos da agroecologia é algo fundamental. Muito já foi feito em

Porto Alegre, poderíamos fazer mais, e vamos fazer mais, porque nós temos em Porto Alegre uma cidade civil organizada, nós temos produtores rurais daqui e fora daqui organizados em grupos, que têm consciência cidadã e que pensam no futuro da humanidade. Quando fui secretário da SMIC, pude dar minha contribuição, dei minha contribuição diretamente; depois disso continuei pautando essa questão, entre outras tantas. Cassio Trogildo, Cecchim, conversei várias vezes com V.Sas. sobre essa questão, nós temos que unir forças da sociedade civil, dos produtores, consumidores, e o governo tem que ser ousadíssimo, porque tem mais espaço para o consumo de alimentação saudável. Alguns mercados, de olho no lucro, têm colocado suas gôndolas com produtos da agroecologia, cobrando uma babilônia. Nós queremos valorizar o produtor; o projeto também aceita o bolicheiro, que a gente poderia chamar de intermediário, são pessoas que já lidam com esse negócio. Por isso eu peço que o governo, assim que aprovarmos o projeto com as devidas emendas, aceitas, negociadas, Cassio Trogildo, Cecchim, que possamos, juntos, com força, determinação, ampliar as feiras modelo. Outros bairros importantes vão querer feiras modelo com os produtores vendendo diretamente seus produtos. Então, pela saúde das pessoas, pelo futuro da humanidade e pela garantia da sustentabilidade de quem produz na terra, porque eu também posso aqui dizer com orgulho, sou filho de pequenos produtores, trabalhei na roça até os 15 anos – essa é uma labuta importantíssima. Viva à agroecologia, viva à saúde, viva à vida. Vamos tocar esse barco para frente com mais ousadia. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Cláudia, queridos vereadores, público que nos assiste, interessados nesse projeto de lei, que faz a regulamentação das feiras ecológicas. É importante dizer que esse projeto cuida da questão da segurança alimentar, da questão do desenvolvimento sustentável; falo com muita legitimidade porque estive como secretária de Desenvolvimento Social e Esporte, cuja pasta tinha uma diretoria de segurança alimentar; posso dizer tranquilamente aos

senhores que, por muitas vezes, tentei implementar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, porque entendo que é um acesso muito mais prático, muito mais sustentável, muito mais saudável para a população de Porto Alegre, é uma distância diminuída entre o produtor e o consumidor. Assim como o PAA, tentamos, à época, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. E quando nós falamos em educação nós não podemos falar apenas na parte pedagógica, cognitiva, mas também na parte alimentar dos nossos estudantes, que, quando recebem e quando têm a oportunidade de terem alimentos que são produzidos pela agricultura familiar, por aqueles agricultores que estão aqui dentro de Porto Alegre, por certo, teremos estudantes muito melhor contemplados. Quero dizer que a Prefeitura é a responsável, sim, pela organização das feiras, sempre o foi. Esse projeto de lei deixa bem claro, por quê? Porque são espaços públicos; espaços públicos são de direito e de dever do Executivo assim organizar, mas, em conjunto, conversando, dizendo aqui que foram mais de oito meses, secretário Cassio, nós fizemos uma conversa muito próxima, mais de oito meses de debates, de conversas em diversas reuniões, exatamente com a participação dos produtores, feirantes, aqueles que são o público que está sendo alvo hoje desse projeto de lei; as contribuições dessas pessoas, apresentadas pelos produtores, pelos feirantes, foram abrangidas nesse projeto, ou seja, é o Executivo conversando, sim, com esse segmento tão importante aqui em Porto Alegre; tem uns que vão querer ganhar em cima, secretário Cassio, mas a gente sabe de todo o esforço do prefeito Sebastião Melo, do vice-prefeito Ricardo Gomes, da sua secretaria em deixar um projeto bem redondo, um projeto que contemplasse realmente produtores e também aquele que vai ser o seu final: o consumidor. Então, eu quero parabenizar essa construção que foi, sim, muito bem feita e dizer que vão ter o meu “sim” a esse projeto que efetivamente prestigia aqueles que têm toda a documentação necessária para que a gente tenha a garantia de um alimento saudável num ambiente sustentável para as pessoas aqui em Porto Alegre. Parabéns pelo projeto. Contem comigo.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sra. Presidente, em nome da oposição, solicito a retirada dos destaques, dando acordo para votarmos em bloco.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Feito o registro. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, esta sessão, este projeto de lei, tem vereadores da base do governo que vêm até aqui e pintam um arco-íris. Mas não é isso, não é o arco-íris, não; a coisa está cinza, porque os feirantes, os produtores procuraram o governo diversas vezes, em muitos momentos, dizendo que precisavam ter autonomia, autogestão. Eu participei de uma audiência pública em que eu considero a postura do governo reprovável. Um governo que se diz do diálogo ter aquela postura, representando, Sebastião Melo, Ricardo Gomes... Eu não acredito. É uma contradição enorme. Aquilo não era diálogo. Recebi hoje um documento de um senhor que se dizia representante do Sindicato Rural de Porto Alegre

que ele diz o seguinte: “...isso porque o texto final do projeto enviado à Câmara foi fruto de diversos encontros organizados pela secretaria de governança com os setores interessados, a sociedade civil organizada, nos quais participaram, em sua maioria, feirantes e produtores agroecológicos da capital, da Região Metropolitana e das regiões do Estado”. É uma inverdade. Eu não acredito que pessoas de um sindicato tenham escrito isso e entregue para nós; na coragem, entregaram isso. Não é isso, eu acompanhei o processo desde o início, não é isso.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não é isso. Podem gritar, gritem bastante, berrem. Aí, diz que a maioria concordou, não concordou. E aí, vem aqui dizer que representa a população, os setores produtivos, o setor agroecológico. Uma das vereadoras que vem aqui – e aí eles não gritaram – falou: consumidores. Consumidores? Não são consumidores. Vamos trabalhar bem o conceito, são parceiros da agricultura, parceiros da construção coletiva. Nem os termos corretos conseguem construir para embasar, para fazer uma defesa do seu ponto de vista. Consumidores? Não, não é assim, consumidor; é parceria, é construção coletiva.

Então eu quero deixar bem frisado que teve uma luta para modificar este projeto, para botar ali a voz da população, essa luta foi dos feirantes, foi dos agricultores, que, há mais de 30 anos, estão construindo as feiras da cidade. São mais de 300 famílias. Eu aqui dou os meus parabéns a mais de 300 famílias que constroem a agricultura familiar de verdade, a agroecológica, a potência contra o veneno. Essas famílias são, sem sombra de dúvidas, pessoas que têm uma consciência muito adiantada. Eu admiro. São 300 famílias. Não neste documento aqui, este documento aqui, do Sindicato Rural, é meia verdade, é meia verdade; talvez nem meia verdade, talvez seja um quarto de verdade. Então é importante frisar que aqueles que estavam lá na audiência pública levaram várias informações, vários níveis de informação, e, sim, em alguns momentos, foram recebidos pelo governo Melo. Eu saúdo que o governo hoje entenda a importância dessas emendas, mas eu lamento que a emenda da autonomia, secretário Cassio, não esteja acolhida, isso eu lamento, fico triste, porque eu lhe considerava um homem de diálogo, de construção coletiva; hoje, saio daqui entristecido, porque V.Exa. não entendeu a importância dessa autonomia dos produtores, dos feirantes, dos construtores. Ainda te peço: pense um pouco, absorva essa emenda para nós continuarmos construindo essa beleza que são as feiras das cidades; os feirantes que vêm de várias partes, uma construção coletiva maravilhosa. Só tenho a agradecer a vocês que tiram o veneno das nossas mesas. Nós precisamos cada vez mais de vocês. Contem conosco. Um abraço.

(Manifestações nas galerias.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Apregoamos as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Ver. Jonas Reis, ao PLE nº 037/23.

Apregoamos requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 037/23.

Apregoamos requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 037/23

Apregoamos as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, ao PLE nº 037/23.

Apregoamos requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 03 e 04 ao PLE nº 037/23.

Apregoamos requerimentos de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLE nº 037/23.

Apregoamos a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLE nº 037/23.

Apregoamos o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 05 ao PLE nº 037/23.

Apregoamos as Emendas nºs 06 e 07, de autoria do Ver. Pedro Ruas, ao PLE nº 037/23.

Apregoamos requerimentos de autoria do Ver. Pedro Ruas, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 06 e 07 ao PLE nº 037/23.

Apregoamos as Emendas nºs 08 e 09, de autoria do Ver. Jonas Reis, ao PLE nº 037/23.

Apregoamos requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 08 e 09 ao PLE nº 037/23.

Apregoamos a Emendas nº 10, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, ao PLE nº 037/23.

Apregoamos requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 10 ao PLE nº 037/23.

Registramos que a Emenda nº 06 ao PLE nº 037/23 foi retirada de tramitação, mediante requerimento verbal, aprovado, de autoria do Ver. Roberto Robaina.

Observamos ainda que não há necessidade da votação da dispensa do envio das emendas às comissões em razão de que a proposição tramita sob a égide do Art. 81 da Lei Orgânica do Município.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Questão de Ordem, Presidente. Já que o Vereador do PT não me deu um aparte na sua discussão, ali, quero aqui falar que achei extremamente desrespeitosa a forma com que ele se dirigiu ao ofício encaminhado aqui, não apenas pelo Sindicato Rural de Porto Alegre, mas pela Associação dos Caminhos Rurais, pela Pousada Cambará, pela Emater, ASCAR, pela Rama e pela Associação dos Pescadores e Piscicultores do Extremo-Sul; extremamente desrespeitoso esse vereador do PT, desconsiderando o ofício que aqui falava que queria esse projeto.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o PLE nº 037/23. (Pausa.). O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo Governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, senhoras e senhores vereadores, vocês já devem ter ouvido duas coisas: a primeira, eu vou explicar o que aconteceu: o jogo estava três a zero para todo mundo, para o PT, inclusive; aí o Jonas fez dois pênaltis e um gol contra. Um artigo aqui, que alguém pediu, que vai fiscalizar o governo, que diz o seguinte: a coordenação e a fiscalização de cada unidade de feira ecológica ficarão a cargo do Executivo municipal, em conjunto com os representantes dos feirantes, através das comissões de cada entidade. Parágrafo único - que é o importante: fica assegurada a autogestão das feiras ecológicas, resguardadas as competências do Executivo municipal. E tem outra coisa, que a gente sempre fala: A voz do povo é a voz de Deus. E aqui eu vejo uma voz a favor disso que nós estamos votando, e nós vamos votar. Eu quero fazer uma justiça, não foi toda a oposição que fez essa contrariedade, nós fizemos um acerto para aprovar as emendas, participaram os vereadores da oposição, do PT também: o Oliboni; o Comassetto; o meu amigo antigo, o Adeli Sell; o Ver. Robaina. Todos fizemos um acordo para acertar este projeto, para organizar, para ser um projeto das feiras ecológicas e não de um vereador e de outro vereador. Eu queria cumprimentar todos os vereadores que participaram dessa discussão. Nós vamos votar com acordo para o bem das feiras ecológicas e para o bem de quem se dedica a elas. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 037/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, na presidência dos trabalhos, Ver.^a Cláudia Araújo; os colegas vereadores e vereadoras; todos os produtores que estão aqui; os cidadãos e cidadãs que estão acompanhando nossa sessão. Quem de nós não defende um produto sem veneno? Se nós trabalhamos com um produto sem veneno, nós estamos dialogando com a saúde da população. As feiras ecológicas, os produtos sem agrotóxicos, isso foi uma iniciativa de um bom tempo, eu poderia dizer até do nosso governo. E não há por que ficar aqui querendo não concordar com a ampliação das feiras – hoje, são sete feiras – e com a possibilidade também de os produtores de Porto Alegre acessarem esse espaço tão importante para a manutenção da família, enfim, da produção agrícola. Nós sabemos que as feiras de artesanato, artes plásticas, culinária, antiguidades – eu sou autor de várias delas – dialogam, por exemplo, com a feira da Av. José Bonifácio aos sábados, em que muitos dos cidadãos que estão aqui podem, talvez, ter um espaço para ofertar o seu produto sem veneno. Nessa composição que ora está sendo apresentada, os governos tentaram, várias vezes, aprovar o projeto de lei nesta Casa, mas não tiveram sucesso por uma certa contradição ou por não terem acordo de alguns feirantes – hoje, se estabeleceu esse acordo. Portanto, nós

passamos, a partir de então, dessa lei, a possibilitar a ampliação das feiras, uma nova licitação para criar um mecanismo de seleção, porque não é qualquer produtor que pode entrar; tem que haver uma nova certificação para poder entrar e vender os seus produtos. Eu creio que, hoje, nós estabelecemos algo que avançamos, avançamos muito, inclusive, na Emenda nº 10, que era um dos grandes problemas que ora nós estávamos enfrentando. A partir da Emenda nº 10 aprovada, que nós vamos aprová-las todas em bloco, ela diz – veja o quanto é importante para os feirantes – que a coordenação de cada unidade da feira ecológica ficará a cargo da comissão e, depois, terá o apoio do conselho estabelecido por uma nova lei que até então não existe. Esperamos que essa nova lei da composição do conselho tenha a representatividade até majoritária dos feirantes, porque, queira ou não, são quem conhece o caminho das pedras, como dizem. Nós temos a certeza de que essa certificação vai ser sincera, honesta, real, porque é produto sem agrotóxico, isto é, sem veneno. Portanto, nós vamos votar “sim”. Eu sou da bancada do PT, posso ter alguma divergência, mas dialogo profundamente com todos os produtores, principalmente aqueles que se sentem contemplados em não serem chutados de um espaço que conquistaram ao longo do tempo e que sustentam aqui as suas famílias. E, para a população de Porto Alegre, é isso que eu falei, é algo que está sendo oferecido já há um bom tempo, que deu certo, que nós queremos que esteja em toda a cidade de um produto que garante a saúde da população sem veneno. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 037/23, depois prossegue pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver.^a Cláudia Araújo, que está presidindo a sessão, vereadores, vereadoras, público que assiste na TVCâmara, nas galerias, boa tarde a todos e todas. Eu creio que nós estamos em um processo de votação de uma lei que teve, evidentemente, muito conflito no seu processo de elaboração. E é normal que um processo de elaboração legislativo tenha conflito, porque nós estamos numa sociedade que tem interesses distintos, e o conflito é da lógica de uma sociedade que tem interesses conflitantes, distintos, às vezes até antagônicos. Chegar numa lei, em alguns momentos, a votação é determinada por maioria, em alguns outros momentos ela consegue chegar a uma posição de consenso. Não é fácil chegar a uma posição de consenso e nem sempre o consenso agrada da mesma forma a todos, às vezes, o consenso é o que cada setor considera o mínimo necessário para votar determinada lei, mas eu creio que é importante, em primeiro lugar, que exista uma lei. Não é ruim que exista uma lei, ao contrário, embora é preciso que se diga, muitas das preocupações das pessoas que trabalham na feira eram ligadas à preocupação em se quebrar a possibilidade de um controle democrático de um projeto econômico cooperativo, comercial que já vinha sendo encaminhado há muitos anos, e fazia muitos anos que tinha sucesso. Então se havia uma história de sucesso de construção de feiras, de comércio, bem, é lógico que, quando tem uma lei, as pessoas querem saber se os elementos democráticos que garantiam o sucesso

e a participação de todos seriam preservados, e a preocupação essa segue, de uma certa forma, essa preocupação segue presente. Muitos dos envolvidos na fundação desse projeto econômico, cultural, educativo seguem preocupados com a possibilidade de o poder público intervir não a favor dos interesses de todos, mas a favor de determinados interesses particulares, e os interesses particulares não podem se sobrepor aos interesses de todos. Então essa preocupação é uma preocupação que permanece, mas eu creio que nós tivemos um triunfo importante, nós vamos indicar a votação favorável ao projeto de lei e a todas as emendas. As emendas foram construídas, e eu, nisso, sou testemunha, eu não participei do processo de elaboração inicial das ementas, eu participei de discussões e de consultas à comissão das feiras, eu participei, na verdade, a Claudia Fávaro, que trabalha comigo, participou de uma reunião com o pessoal do MST. Quando teve a reunião com o pessoal do MST, os companheiros e companheiras do MST nos indicaram a possibilidade de uma negociação, era útil uma negociação para a elaboração do projeto de lei. Eu transmiti isso ao secretário do governo, ao Cassio Trogildo, que disse que queria fazer uma negociação, que buscava, sim, votar uma lei com o maior respaldo possível, se fosse possível, inclusive, por unanimidade. Eu depois não fiquei envolvido no projeto, porque, na comissão que eu faço parte, eu não peguei a relatoria, conhecia os temas, mas não havia pego a relatoria. Hoje pela manhã, o secretário Cassio entrou em contato comigo, para que eu pudesse fazer a interlocução e a negociação sobre esse assunto. Nós fizemos essa negociação, eu fiz essa interlocução, a Claudia Fávaro, que trabalha comigo, trabalhou junto com os assessores do secretário Cassio, e nós chegamos a mudanças que eu considero importantes, que foram assumidas pelo governo. Aqui é importante que se diga que, em geral, quando o governo, na relação de forças da Câmara de Vereadores, não dá acordo, não se aprova, porque o governo tem uma ampla maioria na Câmara de Vereadores. Eu quero explicar isso, porque eu acho que é importante. Nós fizemos esse esforço, o líder do governo, o Ver. Idenir Cecchim, leu aqui um dos artigos – eu não vou ler agora, o líder do governo já leu, e o vereador que me antecedeu, o Ver. Oliboni, também – sobre a possibilidade de as comissões de feira estarem presentes ativamente na coordenação das decisões, evidentemente que junto com o Executivo. Entrou nas emendas o prazo de 90 dias para sucessões, que é importante, porque é bom ter um prazo, e as pessoas não saírem correndo em relação ao tema das sucessões; se estabeleceram critérios melhores para admissão, suspensão e exclusão das pessoas; se estabeleceu uma relação direta dos produtores com os consumidores. Eu considero que a negociação foi bem sucedida, a comissão de feiras, que tem se mobilizado, tem debatido o assunto, vai seguir vigilante. O MST, que ajudou a elaborar, provou mais uma vez contra aqueles que tentam tachar o MST como uma organização que não negocia, como uma organização competente, capaz, são os melhores quase em produção orgânica, são famosos pela produção orgânica, mas também são competentes na negociação. E eu creio que o ex-vereador, o secretário Cassio Trogildo, com a sua conduta, permitiu também que nós chegássemos a essa situação de votarmos um projeto de lei por unanimidade, e as emendas também. Então, eu creio que é uma votação importante, em que a política pública que vai surgir desse processo é também uma construção. E é óbvio que todo

mundo tem que participar o máximo possível, porque, se as pessoas participam, a participação das pessoas, em última instância, é o que garante o controle público de qualquer política pública. Então a nossa orientação de voto é a favor das emendas e é a favor do projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 037/23.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Cláudia, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores, nossa saudação especial aos feirantes e seus consumidores que estão conosco nesta tarde para decidir a votação de um projeto importante para a cidade e para todos vocês. Meu caro secretário, eu recebi, no meu gabinete, desde os primeiros momentos de discussão do projeto, pessoas, como é normal e natural, uns favoráveis e outros contrários ao projeto, mais ou menos, numa radicalização, radicalizados – isso é normal e até é bom, se temos duas posições, precisamos defendê-las. Por isso, eu quero aproveitar esta oportunidade para trazer aqui meus cumprimentos ao amigo secretário Cassio Trogildo; cumprimentos aos vereadores e, essencialmente, cumprimentos aos feirantes que se envolveram nesse entendimento, nessa negociação, que, repito, ninguém perdeu; vi aqui algumas críticas, mas ninguém perdeu, todos ganharam com isso, todos ganharam. Lá no início da década de 1990, eu já era vereador de Porto Alegre, foi de minha autoria a lei que criou as feiras dos trabalhadores rurais aqui do Município de Porto Alegre. No início da década de 1990, quando se dizia, meu querido Bertaco, e acho que ainda se diz que Porto Alegre é a capital do pêssego de mesa do Brasil, à época nós tínhamos isso. Então, como uma referência toda especial, conversando com o sindicato, à época o Bertaco era presidente ou vice, se não me falha a memória, nós votamos a aprovação da criação da feira da agricultura aqui em Porto Alegre. Agora eu aprovei um outro projeto de minha autoria, já aconteceu, a realização da feira da agricultura familiar aqui no Glênio Peres, que foi um sucesso. Portanto, estamos trabalhando com um tema que vem de longe. Com a aprovação deste projeto da feira ecológica, nós queremos dizer e cumprimentar vocês pela conquista, porque ela é bastante positiva para Porto Alegre. Estamos juntos. Obrigado. Um abraço a todos.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Consulto os líderes se há acordo para formar o bloco das Emendas de nºs 03, 05, 07, 08, 09 e 10 ao PLE nº 037/23.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sra. Presidente, Sr. Diretor Legislativo, conversei com o líder da oposição e com os demais partidos de oposição também: há acordo.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Havendo acordo, coloco em votação a formação do bloco composto pelas Emendas nºs 03, 05, 07, 08, 09 e 10 ao PLE

nº 037/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco composto pelas seguintes emendas: 03, 05, 07, 08, 09, e 10 ao PLE nº 037/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLE nº 037/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 030/23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0991/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 030/23, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), até o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), destinados à contratação de obras de infraestrutura cicloviária. **(SEI 118.00570/2023-78)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR e CUTHAB. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- adiada a discussão por três Sessões em 22-11-23;
- incluído na Ordem do Dia em 30-10-23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o PLL nº 030/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Obrigado, vereadores, a todos os 36.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0830/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 403/22, de autoria da Ver^a Mari Pimentel, que determina que as Proposições que possuam como objetivo autorizar o Executivo Municipal a contratar operação de crédito para execução de obras, aquisição de quaisquer tipos de bens ou contratação de serviços, bem como para criar programas de concessão de crédito, devam ser instruídas com as informações que especifica. **(SEI 211.00101/2022-55)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Tiago Albrecht: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver^a Fernanda Barth (Vice-Líder da Bancada do PL);
- adiada a discussão por duas Sessões em 27-09-23;
- adiada a discussão por três Sessões em 01-11-23;
- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o [PLL nº 403/23](#). (Pausa.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Só vou dar uma informação a todos os colegas que estavam preocupados: há o entendimento, por parte da Amrigs e do Cremers tenho os ofícios aqui, entendendo o Simers como representante da categoria junto à Prefeitura municipal. Então está tranquilizada essa parte, no que eu peço a votação favorável.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Ver.^a Comandante Nádia.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nós não demos acordo a esse projeto de lei, pois fala especificamente sobre autonomia de determinado sindicato. Isso é uma determinação de lei federal; portanto, é inconstitucional. Por isso, não damos acordo.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 403/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Cláudia, há momentos em que se calar, vacilar, se omitir é muito grave. Este Parlamento é municipal. Quem quiser fazer leis federais, quiser discutir a consolidação das leis trabalhistas, tem que se candidatar a deputado federal ou a senador. Essa é uma lei federal. O que rege a adesão sindical é uma lei federal. Até digo mais: talvez, numa discussão federal, os proponentes dessa posição podem até ter razão, porque é livre a adesão de uma categoria profissional a um determinado sindicato. No Brasil, nós temos a livre associação sindical. Eu disse ao presidente do Simers, e a depender dessa discussão eu vou consolidar isso e um documento, porque eu não vou passar para a história como vereador que vota leis inconstitucionais. Eu não sou deputado federal, eu não sou senador, eu sou legislador municipal, e a Câmara de Vereadores não pode se imiscuir em diretivas para categorias profissionais mesmo que sejam servidores do Município que devem aderir a este ou àquele sindicato. Isso está errado! É lei federal e ponto. Basta.

Vereador João Bosco Vaz (PDT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h28min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *